

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES EM CONFLITO: APONTAMENTOS PARA UMA CONCEITUALIZAÇÃO CENTRADA NO TRABALHO E NO ESPAÇO RURAL¹

Guilherme Marini Perpetua

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP –
Campus de Presidente Prudente/SP

Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do
Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS)

Bolsista da FAPESP

geomarini@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O substantivo *território* e o adjetivo *territorial* são dois dos termos mais pululantes no léxico contemporâneo das ciências sociais, aí incluída, obviamente, a Geografia. De fato, a emergência de metáforas, noções, categorias e conceitos relativos à dimensão espacial da realidade - originalmente constituintes do escopo deste último campo disciplinar - faz parte de um movimento recente e mais amplo, de reinserção do espaço na teoria social crítica e no domínio das ciências humanas como um todo (SOJA, 1993; SMITH, 2000). Contudo, o espectro teórico, político e ideológico desta inflexão tem sido abrangente a ponto de contemplar, em seus extremos, desde os críticos mais contundentes do modelo de sociedade vigente, até teóricos declaradamente comprometidos com a manutenção da ordem burguesa e planejadores de organismos supranacionais (como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial), passando pelos formuladores de políticas públicas em nível federal, estadual e municipal. Desse modo, o emprego da chamada “abordagem territorial” atende tanto à crítica severa da realidade social, quanto ao seu reverso, funcionando como nova panaceia para a defesa da “economia verde”² e da sustentabilidade ambiental sob a égide do capitalismo.

Face aos ruídos de tal polifonia conceitual, e longe de aspirarmos oferecer qualquer sentença definitiva para o debate atual acerca do território, cabe apenas explorarmos a questão sob um ângulo específico: o dos conflitos derivados das contradições sociais. Nesse sentido, evocaremos o princípio básico da ontologia dialético-materialista, por intermédio do qual se supõe a existência de uma realidade objetiva e exterior ao mundo das ideias que, mesmo sendo dele inseparável, é objeto a ser captado pelo sujeito do conhecimento (ainda que de maneira relativa e parcial) por meio de categorias, conceitos e teorias que devem ser a representação ideal do movimento contraditório desdobrado no plano da existência objetiva (MARX, [1859] 2008; MARX, [1867] 2013; LÚKACS, 1968). Partimos da hipótese de que é possível encontrar nos fundamentos epistemológicos do conceito de território, tão caro à Geografia desde sua gênese, elementos

¹ O texto apresenta as reflexões realizadas no âmbito da disciplina “Teoria dos territórios e da questão agrária”, ministrada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, a quem agradecemos pelas valiosas orientações e sugestões de leitura.

² Recentemente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), braço ambiental da Organização das Nações Unidas (ONU), passou a defender a proposta da *economia verde*, a qual define como “uma economia que resulta em *melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica*” (PNUMA, 2011, p. 1. Grifos no original). Segundo o programa, ela não substitui o desenvolvimento sustentável, mas é um caminho para alcançá-lo, e pode ser operacionalizada por meio da concentração de incentivos em setores estratégicos.

basilares para uma análise crítica da relação metabólica entre sociedade e natureza pela mediação do trabalho, tão necessária nos dias de hoje.

O objetivo do presente artigo é, em primeiro lugar, apresentar elementos para uma conceitualização de território e de territorialidade que tenha como foco a relação contraditória entre capital e trabalho, esteio estruturante do edifício social do capital. Para tanto, faz-se necessário analisar também o debate paradigmático derivado dessa contradição e replicado no plano do pensamento e, por fim, apontar em que medida a dimensão territorial da realidade pode ser uma dimensão privilegiada do desvendamento dos antagonismos e contradições sociais. O espaço rural será o foco principal da análise e, na medida do possível, os argumentos serão ilustrados com exemplos encontrados na realidade.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: ELEMENTOS PARA UMA CONCEITUALIZAÇÃO

Toda ciência possui seu corpo referencial composto por conceitos-chave, aqueles capazes de sintetizar o ângulo específico com que a realidade é por ela examinada e que nela encontram as bases de sua reflexão sistemática³. No caso da Geografia, como sabemos, esse papel é desempenhado pelo espaço, pelo território, pela região, pelo lugar e pela paisagem (CORRÊA, 1995; SUERTEGARAY, 2001). Ao longo da história do pensamento geográfico, a importância atribuída a cada um desses conceitos na leitura geográfica do mundo variou bastante, assim como sua significação em cada período histórico e em cada lugar. Se num passado mais remoto, paisagem e região expressavam a síntese do ferramental analítico empunhado pelos geógrafos, a partir dos anos 1960/1970, é o território quem emerge com vigor paradigmático, não somente na Geografia, mas nas mais diversas ciências da sociedade (FERNANDES, 2009). Como enfatizado por Saquet (2007), essa ascensão é “[...] produto de mudanças que ocorrem na filosofia, em ciências sociais e no *real*, simultânea e reciprocamente” (p. 13. Grifo do autor), e segundo Dematteis (2007), o território “permite repropor, hoje, em termos sociais e políticos, um discurso geográfico que, em épocas precedentes, assumiu outras formas e se expressou com outros conceitos” (p. 7).

Mas o que são conceitos? O que se entende por território? Que relação poderia existir entre o território e os demais conceitos-chave da Geografia? Este primeiro tópico será dedicado ao aventamento de algumas pistas – ainda que limitadas e não definitivas – que podem contribuir para desvendar essas questões, explicitando, neste intuito, tanto o conceito tal como comparece em alguns dos principais expoentes no assunto, quanto nossa própria conceitualização a partir deles.

Não existiria ciência e nem conhecimento científico sem a construção e a destruição de conceitos. No nível mais generalista da teoria do conhecimento, a conceitualização pode ser entendida como “todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos

³ Louis Althusser (2013), no prefácio à edição francesa de *O capital* (de 1969), chama a atenção para esse mesmo fato usando a nomenclatura “sistema de conceitos científicos de base”, uma teoria própria sobre a qual repousa todo campo científico particular.

objetos cognoscíveis” (ABBAGNANO, 2007, p. 164), sendo o conceito a unidade básica de todo raciocínio, fundamentalmente destinada a responder a pergunta *o que é*, quando dirigida aos fenômenos. Historicamente, no entanto, o entendimento do que são conceitos variou, em maior ou menor grau, seguindo duas perspectivas distintas: na primeira, como a própria substância (ou *ser*) dos elementos que compõem o real; na segunda, como signo linguístico em relação de significação com o objeto. Paragem fundamental deste certame é a controvertida diferença entre conceitos e categorias. Aristóteles atribui às últimas o caráter de primeira substância, os atributos primários e a universalidade expressa por todas as perguntas que se possa formular acerca de algo; em resumo: o “gênero do ser” (DA MATTA, 2005). Desde tal ponto de vista, aqui adotado, os conceitos seriam as determinações das categorias, formas específicas em que existem, isto é, suas espécies.

Para Deleuze e Guatarri (1992) todo conceito tem uma história e um devir; possui contornos irregulares, zonas de imbricação (fronteiras) e frequentemente reúne pedaços de outros conceitos; remete a outros conceitos e a um problema sem o qual não existiria, tendo componentes internos que o definem. Mas a significação de um conceito jamais pode ser compreendida em profundidade sem que antes se examine suas conexões externas, o contexto epistemológico e semântico formado pelo campo disciplinar, pelo método, pelas teorias, pelo paradigma e pela ideologia⁴, a partir e dentro do qual surge e se consolida. Acima de tudo, deve estar necessariamente relacionado com a subjetividade do pesquisador, sua *intencionalidade* como sujeito histórico situado no tempo, no espaço e na sociedade. É nesse sentido que procuramos delinear o conceito de território.

Desde o século XIX até a segunda metade do século XX, o conceito de território - cuja gênese não se deu na Geografia, mas nas ciências naturais - esteve umbilicalmente vinculado ao conceito e à ação do Estado-nação. Restringindo-se aos seus limites e limitando-se a sua atuação, confundia-se com a noção de área de domínio e soberania dos Estados nacionais modernos. É apenas após as décadas de 1960/1970 que autores como Raffestin (1993) e Sack (1986), dentre muitos outros, irão romper com essa acepção oficial do território, propondo uma abordagem muito mais complexa e rica porque relacional e enraizada nas relações de poder materializadas *no e por intermédio do espaço*.

Para explicitarmos o escopo e as implicações dessa renovação conceitual, tomemos Raffestin (1993), um dos seus mais destacados nomes e autor do livro *Por uma geografia do poder*, obra que provocou considerável impacto na Geografia brasileira dos anos 1990 e continua servindo de inspiração para os geógrafos atualmente. Fundamentado, sobretudo, na perspectiva de Foucault, o autor adota uma abordagem relacional e multiescalar do território. Seu ponto de

⁴ Estamos entendendo os *paradigmas* no sentido dado por Kuhn (2003), como “[...] realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (p. 13), e a *ideologia* não estritamente em seu “sentido forte”, tal como apontado por Konder (2002), de distorção negativa da realidade no processo de construção de conhecimento, mas de condicionamento do conhecimento científico por pontos de vista, aspirações e desejos provenientes do pertencimento de classe e fração de classe.

partida é o *poder* com “p” minúsculo, como ele escreve, qual seja, o poder para além daquele exercido pelo Estado (Poder com “P” maiúsculo). O espaço, para o autor, antecede o território, sendo esse o resultado de uma ação conduzida por um “ator sintagmático”, aquele que executa um programa, em qualquer nível. Disso resulta uma tessitura de nós e redes organizadas hierarquicamente para permitir o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, impor uma ou várias ordens, enfim, realizar a integração e a coesão dos territórios.

Conquanto seja extremamente inovador para sua época e continue sendo profícuo sob vários aspectos hoje, o conceito de território em Raffestin destoa daquele que estamos procurando adotar, principalmente em sua relação com o espaço, que segundo o autor “precede qualquer ação”⁵. Voltaremos mais adiante a este particular.

Mais recentemente, e de certa forma bebendo do legado do geógrafo suíço, outros autores, como Haesbaert (1997; 2004; 2010) e Fernandes (2008; 2009), têm se esforçado para contribuir com o debate. O primeiro deles (HAESBAERT, 1997) procurou conjugar a dominação (mais concreta) e a apropriação (mais simbólica), ambas formadoras de duas perspectivas aparentemente contrastantes, num único conceito de território, colocando a ênfase no sujeito social. Frente à tese do fim dos territórios - advogada mais explicitamente por Bertrand Badie (1995) -, pretensamente provocado pelas dinâmicas contemporâneas instáveis e imprevisíveis de desterritorialização, o autor propugna a existência de uma nova morfologia territorial composta pelos tradicionais “territórios-zona”, mas também pelo que ele denomina “territórios-rede” e pelos “aglomerados humanos de exclusão” (HAESBAERT, 2004). Assim, a compreensão do território e da territorialização requer considerarmos que a *desterritorialização* em uma escala pode ser *reterritorialização* em outra, cuja dinâmica em sua totalidade apresenta-se muito mais como uma miríade de territórios-rede do que como o mosaico de territórios-zona do passado (HAESBAERT, 2010). Como consequência, há a convivência lado a lado, num mesmo espaço, de territórios e territorialidades mais fechados, tradicionais, mais flexíveis e efetivamente múltiplos, condição para uma efetiva *multiterritorialidade*⁶.

Fernandes (2008; 2009), por seu turno, dá um passo importante no entendimento do conceito de território adotando uma perspectiva abrangente, contempladora da multidimensionalidade e da multiescalaridade, desenvolvendo uma tipologia que permite “ler” a multiterritorialidade de forma bastante objetiva. Segundo sua explicação, “convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente” (2009, não paginado), e isso ocorre precisamente porque a produção territorial se dá por meio de relações sociais promovidas pelas classes em permanente conflitualidade. São elementos do conceito de território, além dos acima arrolados, a *soberania*, a *totalidade* e a *intencionalidade*, expressando-se os territórios por meio de duas modalidades

⁵ A mesma crítica pode ser encontrada em Souza (1995) e Saquet (2007). Cabe observarmos que o conceito de território em Raffestin (1993) é muito similar ao conceito de espaço geográfico em Santos (1996), o que poderia indicar uma diferença apenas no plano da onomástica, mas não no da semântica.

⁶ *Ibidem*.

distintas: a *material* e a *imaterial*. Na primeira, encontram-se três tipos de territórios, contidos uns nos outros e efetivados uns por meio dos outros, sendo os dois primeiros *fixos* e o terceiro, *fluxo*. O primeiro território é o espaço de governança, em suas múltiplas escalas (País, estados, municípios, divisões regionais etc.); o segundo é a camada a ele superposta formada pelas propriedades, sejam essas particulares ou coletivas (no seu sentido mais amplo, da propriedade como “espaço de vida”). Já o terceiro território é o do espaço relacional, que une propriedades fixas e móveis, mais relacionado às formas de uso do território. Por fim, o território imaterial “[...] está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc.”⁷. Como adverte o autor, a definição de um conceito, o estabelecimento de sua significação, é *per se* uma relação de poder que não raro pode impactar a vida de milhões de pessoas quando incorporada às políticas públicas, como é o caso da abordagem territorial estreita adotada pelo Banco Mundial e pelos governos dos países pobres alinhavados a ela (FERNANDES, 2008).

Acreditamos que grande parte das insuficiências e inconsistências na definição conceitual em questão tem a ver com a diferenciação entre o que é o espaço geográfico e o que vem a ser o território. Ora, tomando por base a literatura corrente, pode-se afirmar que existem pelo menos duas formas de concebê-la. A primeira é aquela que os coloca como coisas ontologicamente distintas, seja qual for a definição adotada pelos pesquisadores para cada um dos conceitos. Raffestin (1993) é um representante de peso desta corrente. A segunda, a qual nós adotamos neste texto amparados por autores como Corrêa (1995), Egler (1995) e Suertegaray (2001), advoga que espaço geográfico e território são dimensões analiticamente distintas, mas mutuamente implicadas da dimensão espacial da realidade, sendo o espaço uma categoria de análise mais abrangente, e o território, uma de suas *mediações lógicas* (assim como a região, o lugar e a paisagem), que tem no *poder* seu núcleo epistêmico (PORTO GONÇALVES, 2011) (Figura 1).

⁷ *Ibidem*.

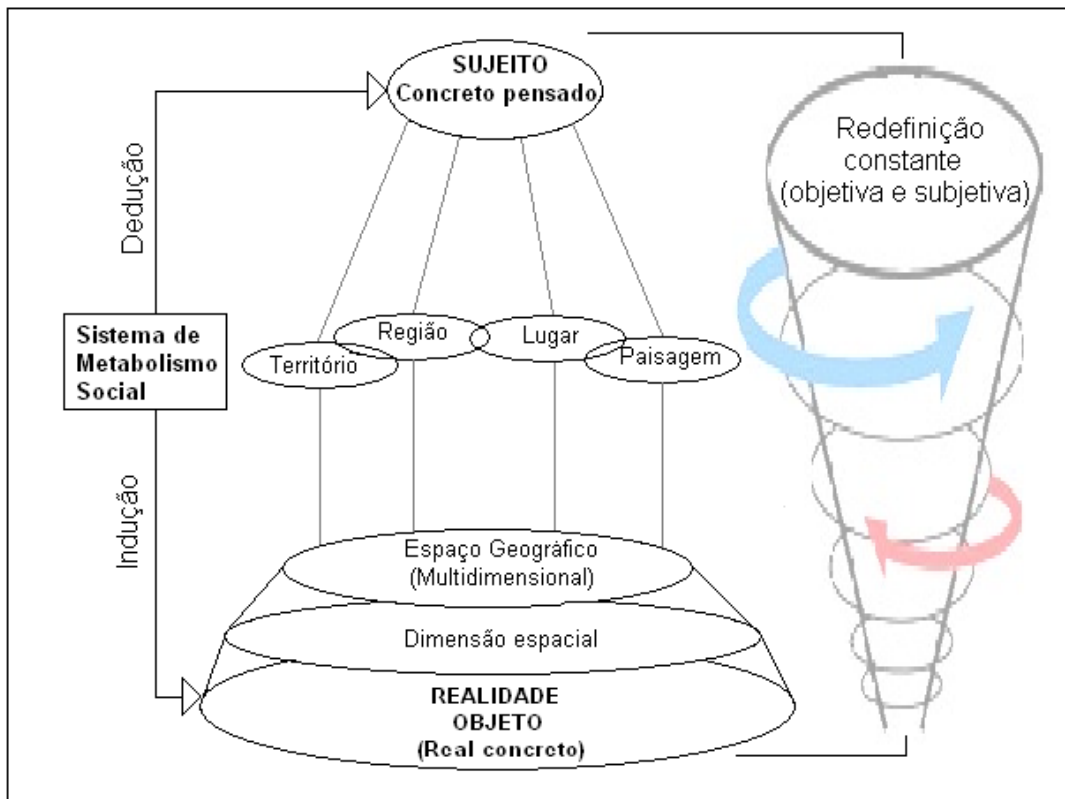


Figura 1 - Mapa conceitual materialista e dialético da Geografia
Elaborado pelo autor.

Seria essa, no dizer de Haesbaert (2010), uma perspectiva “integradora”, pois integra espaço e território, e “focal”, porque enxerga o território como um ângulo específico de análise do espaço geográfico. Importa notar que, enquanto conceito-chave da Geografia, o território não é totalmente *outro* face aos demais conceitos desta ciência, estando em relação de imbricação para com eles. Haesbaert expressa este fato nos seguintes termos:

A princípio, é importante lembrar que o caráter fundamental dos conceitos não se encontra, a não ser numa posição estereotipada da lógica positivista, em uma distinção, na ênfase da separação frente a outros conceitos. A ‘identidade’ de um conceito, um pouco como na própria construção da identidade social, não se define simplesmente pela concepção clara de um ‘outro’ frente ao qual ele se impõe, mas pela própria definição que esse outro lhe concede – portanto, por sua imbricação. Isso significa que as identidades conceituais devem ser trabalhadas também *através das fronteiras [...]* (2010, p. 158. Grifo do autor).

Assim, é possível dizer que há elementos do espaço, da região, da paisagem e do lugar no território, da mesma forma como há elementos do território em cada um desses conceitos, pois todos são mediações que, embora em níveis distintos, procuram atribuir *significado* ao mesmo *significante*. Espaço e território são, portanto, dimensões fundamentais um do outro, e juntos, são partes de uma dimensão fundamental da própria realidade: a *dimensão espacial*. Todavia, analiticamente o espaço vem antes, devido ao seu mais alto nível de abstração do real concreto, síntese das múltiplas determinações e unidade do diverso, diria Marx (2008, p. 258). Para usarmos uma assertiva empregada por Souza (2009), pode-se afirmar que empreender

essa diferenciação significa *separar aquilo que é distinguível, mas não propriamente separável*.

Um ponto de partida importante neste trajeto de elaboração conceitual é a tese da dialética sócio-espacial defendida por Soja (1993), ao propor a compreensão da realidade social, suas (re) definições contraditórias e em permanente movimento, como resultado de uma relação ontológica e dialética entre espaço, tempo e ser social, os três em *interação recíproca* e de *co-determinação*. O que diferencia o ser social dos outros seres (inorgânicos e orgânicos), explicou-nos Lukács (1968), é sua capacidade de “*adaptação ativa*” ao ambiente natural por meio da teleologia, que vem a ser a antecipação mental dos resultados de suas ações no processo de trabalho. Ao fazê-lo, o homem produz espaço geográfico que, por sua vez, torna-se condição para sua ação. Mészáros (2011) interpreta o mesmo movimento por meio do conceito de sistema de metabolismo social, o complexo de intercâmbio reprodutivo que engloba as relações dos homens entre si (sociedade) e deles com a natureza - e porque não dizer consigo mesmos (subjetividade)? (ALVES, 2009).

Se, como pretendeu Santos (1996), o espaço é um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações, *o território é uma fração desse espaço, definida e delimitada por e a partir de relações de poder engendradas pelos sujeitos e agentes sociais no funcionamento do metabolismo ativado pelo trabalho*, esteio sobre o qual se edificam todas as outras dimensões da vida social. E assim sendo, os homens só produzem espaço produzindo território, pois toda ação se dá em relação e toda relação envolve o poder, e não podem produzir território sem que, simultânea ou subsequentemente produzam espaço, na medida em que a materialidade do substrato espacial possui um conteúdo (re)definido pelo uso humano.

Em síntese, o território seria o campo de poder (concreto e simbólico) emanado da relação intrínseca e inextinguível dos homens com a natureza, entre si e consigo mesmos, resultado da ação humana em seu processo de adaptação ativa por intermédio do trabalho (ontologicamente concebido). Nesta condição, constitui uma dimensão de toda e qualquer forma de metabolismo social e por isso carrega e manifesta suas características, de modo que, no sociometabolismo do capital seu traço estrutural não é outra coisa senão a *dominação* e a *heteronomia* do trabalho, dada pela alienação e pelo estranhamento do ser humano que trabalha. E ao dirigir seu olhar para o território no intuito de interpretá-lo, o pesquisador – que, vale dizer, não está fora, mas dentro da relação metabólica da qual o território é expressão – elabora uma representação que poderá reafirmar ou questionar a existência do território enquanto tal, retornando para ele, por exemplo, por meio das ações de planejamento e mesmo de resistência.

DEBATE PARADIGMÁTICO E DISPUTAS TERRITORIAIS

Como sucintamente exposto, a completa separação entre o ser social e suas relações, o tempo, o espaço e o território só pode se dar no plano analítico, não existindo sob hipótese alguma no plano da existência objetiva. Nem por isso, entretanto, deixa de ser pertinente a

necessária distinção entre essas coisas, pois como visto, a conceitualização é um processo fundamental no caminho da construção do conhecimento. Tão necessário quanto isso é admitir que diferentes grupos humanos, ao longo da história e em diferentes lugares, estabeleceram e estabelecem diferentes (e, em geral, conflitantes) modos de relacionamento entre si, com a natureza exterior e consigo mesmos, produzindo e sendo condicionados por distintos tipos de espaços e de territórios. Podemos chamar tais maneiras particulares de produzir e usar espaços e territórios, inerentes a cada forma de metabolismo social, de *espacialidades* e *territorialidades*. Corroborando com esta interpretação, Fernandes (2005) define a territorialidade como “[...] a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas” (p. 29).

A territorialidade é, pois, aquilo que *substantiva* o território num determinado tipo de intercâmbio metabólico e numa dada fração do espaço. Assim, diferentes sujeitos, grupos, classes, organizações ou instituições sociais produzem e se reproduzem a partir de distintas territorialidades, mais ou menos abrangentes, fixas ou móveis, de alta ou baixa definição, perenes ou intermitentes, nas mais diversas escalas geográficas⁸. Tomemos como exemplo as territorialidades das transnacionais do agronegócio, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), dos narcotraficantes nas comunidades pobres do Rio de Janeiro ou dos *Punks* nas áreas centrais de algumas cidades brasileiras. Em se tratando de grupos de natureza diversa e com interesses tão heterogêneos, faz-se pertinente a proposição conceitual cindida de Dematteis (2008), autor que promove a distinção entre *territorialidade passiva*, quando as estratégias de controle territorial e o sistema normativo a elas associado têm por objetivo “excluir sujeitos e recursos” (p. 53), e a *territorialidade ativa*, derivada “das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais” objetivando “a construção de estratégias de inclusão”⁹. Noutras palavras, a territorialidade é ativa quando se mostra capaz de promover a realização plena dos interesses dos próprios sujeitos, e passiva quando está a serviço dos interesses de outrem. Com efeito, a territorialidade ativa de um grupo, classe ou fração de classe pode impor, concomitantemente, a territorialidade passiva de outro, precisamente como ocorre no espaço onde se desenvolve a relação capitalista de produção, território constituído pela subordinação do trabalhador ao controle do capital.

Como se vê, um prisma teórico-conceitual como esse pode permitir muitas leituras. Em sintonia com os objetivos definidos para este texto, tomaremos os casos da unidade de produção camponesa e daquela a qual podemos chamar de capitalista, no campo. Há inúmeras definições de “camponês” e “campesinato”, muitas delas contrastantes entre si, e a existência deste sujeito histórico, bem como a tentativa de traçar seu destino no bojo do capitalismo, anima os debates

⁸ Souza (1995) apresenta alguns exemplos de territorialidades, como a da prostituição na área central e a do narcotráfico na periferia pobre do Rio de Janeiro, demonstrando suas diferentes características, dadas pelas diferentes formas de uso e domínio do espaço.

⁹ *Ibid.*; *Ibidem*.

acadêmicos e políticos há pelo menos um século e meio¹⁰. Mesmo sendo ausente o consenso entre os estudiosos, pode-se afirmar que o campesinato não constitui um modo de produção específico; ele existiu/existe e se reproduziu/reproduz por dentro dos modos de produção, nas mais diversas formações sociais e regiões do globo, fato que faz da resistência sua marca distintiva desde tempos imemoriais.

Chayanov ([1925] 1974) dedicou grande parte da sua vida ao estudo da estrutura interna e da economia do campesinato, tendo como objeto empírico o camponês russo do final do século XIX e início do século XX. Conforme sua explanação, os princípios básicos da “unidade econômica camponesa” (termos presentes no próprio título de uma de suas principais obras dedicadas ao assunto) estão presentes em toda unidade de trabalho familiar, em que “o trabalho se relaciona com o desgaste de esforço físico e os ganhos são proporcionais a este desgaste”¹¹. A unidade camponesa de produção apresenta uma combinação particular entre terra, trabalho e capital, sendo o trabalho um elemento fixo e os demais passíveis de alteração em função dele. Isto significa que a alteração dos elementos terra e capital deve estar em sintonia com o número de integrantes da família, sob pena de sobrecarregar ou subutilizar o trabalho existente, resultando no rebaixamento das condições de vida de seus membros. A produção não objetiva o lucro por intermédio do mercado - conquanto isso possa ocorrer de maneira complementar, assim como o trabalho em atividades externas e alheias à da unidade camponesa -, mas a satisfação das necessidades básicas da família. A produção de valores de uso, portanto, está em primeiro plano, sendo as relações sociais, por conseguinte, essencialmente não capitalistas.

Adequando o assunto à realidade brasileira, Martins ([1981] 1995) afirma que os vocábulos “camponês” e “campesinato” estão entre os mais recentes do nosso vocabulário, porquanto foram importados da Europa via debate político a partir dos anos 1950. Na verdade, os homens e mulheres que passaram a receber esta nomenclatura eram conhecidos por muitos outros nomes, de acordo com a região do país: agregado, parceiro, meeiro, posseiro, caboclo, colono, caipira etc. Uma diferença crucial do campesinato nacional em comparação com aquele do tipo europeu apontada pelo autor é que “o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante”¹², não sendo resquício de uma sociedade pretérita, mas originário do próprio processo de constituição do capitalismo nestas terras.

Por outro lado, é sobejamente sabido que o capitalismo agrário, convivendo ou não com o trabalho familiar, se concretiza por meio da propriedade privada dos meios de produção, do

¹⁰ Da extensão homérica de sua obra, Marx dedica poucas páginas a este assunto, pois segundo sua interpretação o campesinato constituiria um extrato residual oriundo do passado feudal, e não uma das classes sociais fundantes da sociedade burguesa. Em carta à Kugelmann, o filósofo de Trier cunha a metáfora do “saco de batatas” para indicar a incapacidade de organização política e a falta de perspectiva do camponês na sociedade de classes dominada pelo capital. No mesmo sentido, Harvey ([2003] 2013) afirma que “Marx [...] valorizou pouco, quando o fez, as formas sociais destruídas pela acumulação primitiva” (p. 134). No entanto, as singularidades da Rússia semifeudal do século XIX e início do século XX, unidas ao contexto de insurgência do movimento operário naquele país, tal como na Alemanha, trouxeram o debate sobre o campesinato novamente à baila, sob a pena do próprio Marx - que, em resposta à carta de Vera Zasulich (MARX, [1881] 2013, p. 849-850), relativizou seu próprio prognóstico - e de clássicos como Kautsky ([1899] 1986) e Lenin ([1899] 1985), de cujas principais contribuições utilizaremos nos mais adiante.

¹¹ *Ibid.* p. 96.

¹² *Ibid.* p. 17.

assalariamento da mão de obra e da produção destinada para o mercado, voltada, portanto, para a circulação de valores de troca (reprodução ampliada do capital).

Destarte, cada uma dessas formas de intercâmbio sociometabólico invariavelmente produzirá e será condicionada por tipos distintos e antagônicos de estruturas espaciais, espacialidades, territórios e territorialidades, reveladas pelas distintas paisagens que manifestam. Um bom exemplo disso pode ser encontrado no fato de que enquanto o território camponês é definido pela heterogeneidade e pela diversidade dos cultivos e demais atividades, o território da agricultura capitalista define-se pela homogeneização das paisagens, provocada pela commoditização do espaço agrário. Em suma, “as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se reproduzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008a, p. 280).

Mas no plano do conhecimento científico, e mesmo no do senso comum, produzem-se interpretações divergentes e por vezes antagônicas desses mesmos aspectos. Para entendê-las é preciso, em primeiro lugar, romper por completo com a tese positivista da neutralidade científica e da imparcialidade do sujeito do conhecimento frente ao seu objeto, ancorada na separação dicotômica entre sujeito e objeto. Esse tipo de concepção do fazer científico, transposto das ciências naturais e duras para as ciências sociais e humanas ainda no século XIX, cristalizou-se conjuntamente com a expansão do capitalismo e de sua razão instrumental, colocando-se a serviço da dominação da natureza, tomada como objeto exterior do sujeito colonizador. Assim, “política e ciência receberam o reconhecimento generalizado como instrumentos capazes de promover o domínio da natureza e de disciplinar os homens à lógica da produtividade da acumulação” (OLIVEIRA, 1998).

Como sobriamente assevera Japiassu, “[...] a ‘objetividade’ não existe. O que existe é uma ‘objetivação’, uma ‘objetividade aproximada’ ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não naquilo que gostaríamos que ela fosse” (1976, p. 43). Portanto, partimos do princípio de que todo conhecimento é situado e datado, produto de escolhas teóricas e metodológicas, de encontros (que ocorreram ou não), de posicionamentos políticos e ideológicos, e enfim, da subjetividade inerente a todo e qualquer ser social. O conhecimento é sempre um discurso possível acerca do objeto, objeto esse que não é “retirado da realidade”, mas também ele um produto (MARRE, 1991).

Fernandes (2008b; 2013a; 2013b) discute tais aspectos, no que tange ao debate em torno da questão agrária, operando os conceitos de *paradigma*, em sua formulação kuhniana (KUHN, 2003), e *debate paradigmático*. O autor identifica nesse campo dois grandes paradigmas em disputa, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)¹³, dentro dos quais são elaborados os questionamentos, explicações e proposituras de

¹³ Segundo o autor, as origens do PQA remontam a 1899, ano de publicação da obra intitulada “A questão agrária” por Karl Kautsky. Já o PCA teria surgido quase um século mais tarde, na década de 1960, tendo Henry Mendrás como seu

desenvolvimento para a realidade do espaço agrário atual no mundo e no Brasil.

Os dois paradigmas podem ser diferenciados, ainda que esquematicamente, através de alguns de seus elementos, como por exemplo, para o PQA, (a) a existência de uma questão agrária insolúvel no capitalismo, umbilicalmente ligada à desigualdade estrutural deste modo de produção; (b) a inevitável condição de subalternidade e até mesmo de destruição física e/ou ideológica do campesinato engendrada pela expansão do capital no campo; (c) a luta de classes como princípio genético das contradições no campo, dentre outros. O PCA, por sua vez, tem como componentes-chave (a) a inexistência de uma questão agrária no capitalismo, sendo os problemas no campo entendidos como apenas conjunturais; (b) o campesinato considerado como um “sistema incompleto” que, necessariamente, deve ser “integrado” às relações capitalistas e, assim, metamorfoseado em produção familiar; (c) a inexistência da luta de classes nas análises e propostas, sendo a diferenciação social efetuada por meio de parâmetros outros que não as relações sociais (como o tamanho das propriedades, o tipo de cultivo, o nível de tecnologia empregado na produção etc.), dentre outros.

Os paradigmas, assevera o autor,

[...] são visões de mundo, construções mentais, que se utilizam das batalhas das ideias nos campos de disputa, por meio de relações de poder, configurando-se em territórios imateriais, para defender ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos (FERNANDES, 2013b, p. 198).

Ademais, tanto o PQA quanto o PCA carregam consigo e são propositivos de modelos de sociedade e de desenvolvimento do campo não apenas distintos, como também, em certa medida, inconciliáveis¹⁴, que têm servido de inspiração e orientado a materialização de uma série de políticas governamentais. Se até a década de 1980 os documentos do planejamento oficial expressavam, em suas formulações, preocupações e embasamento teórico filiado ao PQA, a partir dos anos 1990, com a avalanche das políticas de cunho neoliberal no Brasil (iniciada por Fernando Collor [1990-1992] e consolidada por Fernando Henrique Cardoso [1995-2002]) o PCA passa a ser o paradigma hegemônico. E isso está demonstrado na própria nomenclatura dos grandes programas setoriais, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 (Decreto 1.946). As palavras “camponês” e “campesinato” nem de longe são utilizadas e também a luta de classes, bem como o tema dos conflitos territoriais, deixa de compor o repertório de questões, cedendo lugar à estratificação por renda e nível tecnológico. A integração do pequeno agricultor ao capital é apontada agora como a grande solução para o campo.

Lugar-comum na maior parte dessas políticas é a frequente evocação do conceito de território ou da autoproclamada “abordagem territorial” como instrumento capaz de permitir a

progenitor. No Brasil, o marco inaugural do PCA foi 1991, ano de publicação da tese de Ricardo Abramovay na forma de livro, sob o título “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” (1992).

¹⁴ Cabe relativizarmos essa assertiva, pois como exposto por Fernandes (2013a), há uma zona de interface entre os dois paradigmas e tendências mais ou menos radicais dentro de cada um deles.

devida “coesão” entre atores locais para alcançar a meta do desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. Esvaziado do seu núcleo epistêmico (o poder), o conceito de território por trás dessas formulações aproxima-se muito das noções de espaço e região (FERNANDES, 2008)¹⁵, e tem servido muito mais à sanha expansionista incontrolável do capital no campo que à emancipação e à melhoria das condições de vida dos homens e mulheres que aí residem, se reproduzem e resistem.

Contudo, faz-se mister indicar que a primeira década do século XXI inaugurou um panorama em parte diferente daquele observado nos anos 1990, no Brasil e em boa parte da América Latina. Sobre o corolário devastador das políticas neoliberais, irromperam governos com forte apelo popular e, ao menos em tese, filiados à esquerda tradicional, instauradores de uma ordem social, econômica e política geradora de inúmeras interpretações dentro mesmo dos setores da intelectualidade crítica. No Brasil, o passo inicial desse itinerário foi dado com a vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, ocorrida em 2002 e reiterada em 2006, prorrogada pelo governo de Dilma Rousseff (2010-2014). Ante as evidentes transformações e seus rebatimentos, alguns autores, como Sader (2013), Araújo (2013) e Favareto (2010) posicionam-se mais otimistas e favoráveis ao modelo de desenvolvimento adotado, o qual busca conjugar o fortalecimento do mercado interno, por meio de políticas sociais e da expansão do crédito, aos esforços para expandir e consolidar o *drive exportador* de *commodities* minerais e agropecuárias. Em síntese: a transformação do país sem nenhuma ruptura radical com os padrões de desenvolvimento herdados. Noutra seara, perfilam-se estudiosos que denunciam o caráter passivo e favorável à mundialização do capital em sua forma financeirizada patente no (suposto) “novo” modelo, denominado como “Novo-desenvolvimentismo” por alguns (CASTELO BRANCO, 2009), “Lulismo” (SINGER, 2012), “Hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2008), ou ainda, “Hegemonia da pequena política” (COUTINHO, 2008) por outros.

Eis aí a replicação ideal do embate realmente existente entre distintos territórios e territorialidades em conflito, formados e formadores de distintas relações sociais e projetos de desenvolvimento nacional.

A ANÁLISE DA DIMENSÃO TERRITORIAL COMO CONDIÇÃO DO DESVENDAMENTO DAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS

Amparados pelas reflexões anteriores, dedicaremos este último tópico à análise de uma questão, a nosso ver, essencial na contemporaneidade: a atuação dos movimentos sociais e sua insurgência como tema nas ciências da sociedade e também na Geografia, mobilizando para isso a lente territorial.

Todo método científico¹⁶ possui alguns princípios abrangentes ou “leis gerais” que

¹⁵ Veja-se o exemplo do Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 pelo Governo Federal. Segundo informações disponíveis no seu site oficial, o objetivo do programa é “promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”.

¹⁶ O método é aqui entendido não como conjunto de procedimentos práticos, isto é, como metodologia, mas como caminho
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

parametrizam o pensamento do sujeito no caminho da construção do conhecimento. No caso do materialismo dialético¹⁷, cuja gênese definitiva teve como marco a obra de Marx¹⁸, podemos citar interação universal, o movimento universal, o movimento em espiral, a transformação da quantidade em qualidade; a negação da negação e a unidade e interpenetração dos contrários (LENCIONI, 1999; SPOSITO, 2004). Tendo em mente o objetivo e considerando os limites deste artigo, elencaremos o último dos princípios arrolados como fundante da *abordagem territorial crítica*, nos termos tratados até aqui, sem demérito dos demais. Ele equivale a dizer que a *contradição*, entendida como a existência e o embate inexpugnável entre pares contraditórios que, simultaneamente, afirmam-se e negam-se mutuamente, é efeito e condição da forma social capitalista. Assim sendo, o *conflito social*, seja entre classes ou frações de classe, é inerente ao seu funcionamento normal e insuperável dentro dos seus próprios limites. A essa mesma realidade, Fernandes (2008) chama de “conflitualidade”, afirmando que:

A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao propor, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais (p. 2).

Desse modo, portanto, o conflito social torna-se categoria de análise efetivamente primorosa na busca de explicações críticas para os problemas colocados pela realidade concreta, na medida em que evidencia as fissuras existentes, abrindo brechas de visualização que vão além da malha ideológica tecida e instaurada pela classe dominante. É exatamente nesse sentido que os conceitos de território e territorialidade assumem a dianteira, pois como anteriormente afirmado, têm nas relações de poder e, por conseguinte, nos conflitos delas resultantes o seu núcleo epistêmico. Esmiucemos um pouco mais esse argumento.

A dominação e exploração encetada pela hegemonia das relações capitalistas, embora tanto ou mais desumana que as praticadas nas formas sociais que as precederam historicamente (escravismo, feudalismo etc.), não são visíveis e auto evidentes. E Isso se dá, em primeiro lugar, porque a dominação capitalista não se constitui como uma dominação política, externa aos indivíduos, mas econômica e, portanto, interna a eles. Como nos escreveu Marx ([1867] 2013), é uma “*coerção muda exercida pelas relações econômicas*” que “sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (p. 808. Grifos nossos). Em segundo lugar, é preciso considerar que a exploração ocorre num plano jurídico regido pela *igualdade formal* obscurecedora da *desigualdade*

condicionante do pensamento no processo de análise/reflexão sobre o objeto.

¹⁷ Não utilizamos a nomenclatura corrente, “materialismo histórico e dialético”, por entendermos que nesse método, a dimensão espacial (geográfica) não está marginalizada na análise em detrimento da dimensão temporal (histórica). Muito ao contrário, a dialética materialista exige que se considere e compreenda a ambas em simultâneo (PRADO JUNIOR, 1973), e sendo assim, o método por nós defendido seria histórico e geográfico, o que julgamos desnecessário explicitar na nomenclatura.

¹⁸ As raízes da dialética encontram-se no pensamento de Heráclito, na antiguidade clássica grega. O mesmo pode-se dizer do materialismo, cujo mais eminente representante antigo foi Aristóteles. Coube a Marx e Engels, no século XIX, a tarefa de amalgamar o materialismo sensualista de Feuerbach, a dialética hegeliana, o socialismo utópico francês e a ideia de evolução de Darwin, dentre outras contribuições, criando seu método filosófico original (QUAINI, 1979).

substantiva entre proprietários dos meios de produção e vendedores de força humana de trabalho (MÉSZÁROS, 2011). Assim, tanto uns quanto outros aparecem como trocadores formalmente idênticos no mercado de trabalho, e o mesmo perante a constituição, malgrado a desigualdade e oposição de suas reais condições de existência. Excluídos tais fatos da consciência, o lugar de sua visibilidade pode ser ocupado, de um lado, pelas teses do esforço pessoal como única condição para a melhoria das condições de vida, o sucesso profissional, o acesso aos bens de consumo e serviços, enfim, para uma vida digna e segura; e de outro, do “mau funcionamento” do Estado ou da incompetência dos governos como únicos responsáveis pelas desigualdades sociais, sobretudo no tocante aos níveis de saúde, educação, segurança pública e outros serviços básicos.

A despeito da leitura que se faça, no entanto, grupos de pessoas organizam-se para contestar o estado de coisas vigente (*status quo*), buscando soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos, ou seja, lutando pelo atendimento de demandas não satisfeitas no funcionamento habitual da ordem social que aí está. Suas lutas dão corpo a instituições com formatos organizativos diversos, tais como os sindicatos, os partidos políticos, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os movimentos sociais¹⁹.

Se o século XX foi o século do partidarismo e da forte atuação dos sindicatos no mundo, o século XXI tem se mostrado muito mais como o século dos movimentos sociais, quer por sua expressividade popular ou por sua contundência subversiva. Há que se levar em conta o fato de que a democracia representativa, como mecanismo capaz de assegurar a participação política dos cidadãos em sociedades massificadas como a nossa, passa atualmente por uma grave crise, a qual, conforme Nogueira (2001), “expressa o domínio do mercado sobre o Estado, o enfraquecimento das instituições e da cultura da ‘solidariedade’” (p. 19). Por outro lado, o sindicalismo, forma de representação dos trabalhadores que tantas conquistas históricas logrou no embate direto com o capital, caminha claudicante com enormes dificuldades de atuação e, principalmente, legitimação. Para Bernardo (1997), o novo formato da empresa “flexível”, desconcentrado e horizontal, além da corporativização da ação sindical, são os pivôs desse *debacle*.

Muito mais que uma inadequação pontual das formas representativas, a crise contemporânea é crise do *modelo civilizatório* regido pelo impulso cego à acumulação e pela racionalidade instrumental do capital, em sua fase descendente, de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2003), que põe a democracia formal e o sindicalismo no “paredão”.

É nesse contexto que buscamos compreender a emergência e o protagonismo dos movimentos sociais contemporâneos. Segundo Gohn (2007), os movimentos sociais ganharam status de objeto científico a partir da década de 1960, e os estudos sobre eles podem ser situados no interior de diferentes paradigmas, como, na classificação estabelecida pela autora, o norte-

¹⁹ Os movimentos sociais não são necessariamente populares. Há também movimentos sociais em setores dominantes da sociedade, voltados para a manutenção do *status quo*, como o agrupamento que deu origem à União Democrática Ruralista (UDR) e seu braço institucional, a Bancada Ruralista.

americano, o latino-americano e o europeu. Após passar em revista as principais contribuições dos autores filiados a cada um dos paradigmas, a autora apresenta sua própria conceitualização, definindo os movimentos sociais como *ações sociopolíticas coletivas* que possuem um repertório de questões e temas de luta, apresentam uma identidade comum aos seus membros, tendo uma mesma base referencial de valores e ideologia, e que não são institucionalizadas.

Por ser a Geografia não um campo científico definido por *um* objeto de estudos específico (o espaço, como muitos afirmaram e ainda afirmam), mas um conjunto heterogêneo de discursos que buscam dar significado à dimensão espacial da realidade (GREGORY, 1996), na condição de fenômeno social, tal como todos os demais fenômenos manifestados nesta esfera, os movimentos sociais podem e devem ser escrutinados pela lente geográfica. Todavia, nessa ciência, a discussão sobre eles tornou-se expressiva apenas muito recentemente (1970/1980), devido à projeção de um expressivo número de movimentos sociais, no campo e na cidade, e também à incorporação de uma nova matriz teórico-metodológica que permitiu enxergar o homem não como elemento da paisagem, mas sujeito de sua própria história e geografia (PEDON, 2013). Com efeito, as discussões sobre os movimentos sociais acompanharam o movimento de renovação que engendrou a chamada *Geografia crítica*.

Pensar os movimentos sociais a partir da Geografia é pensá-los com o seu instrumental analítico próprio. É assim que estamos entendendo os conceitos de “movimentos socioespaciais” e “movimentos socioterritoriais” elaborados por Fernandes (2005) e posteriormente desenvolvidos por Pedon (2013). De acordo com Fernandes (2005), tais conceitos são apenas formas diferentes de enxergar o mesmo sujeito coletivo que luta por seus interesses em possíveis enfrentamentos e conflitos, objetivando transformar a realidade, e nessa medida, todos os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são movimentos sociais. Contudo, há uma diferença: nem todo movimento socioespacial é também um movimento socioterritorial, pois fazem parte desta última condição apenas aqueles para os quais a conquista e manutenção do território é, além de um trunfo, a condição e a razão de sua existência. Alguns exemplos de movimentos socioterritoriais são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e o Movimento Indígena.

Segundo Pedon (2013), os movimentos socioterritoriais constituem-se de acordo com sua capacidade de articulação e grau de organização, ambos amarrados por uma agenda. Eles se estruturam por meio de agendas de luta em que são relacionadas ideologias, propósitos, interlocutores e estratégias de ação, tudo contribuindo para a construção identitária do grupo. O mesmo autor ressalta a importância de, em sua práxis coletiva, esse tipo de movimento “[...] delimitar a *escala* de suas práticas e planejar a forma pela qual os processos gerados a partir da escala de sua ação vão relacionar-se com os processos gerados em outras escalas” (PEDON, 2013, p. 206. Grifos no original).

Para nós, a existência e o protagonismo atual dos movimentos socioterritoriais endossam a ideia de que um outro metabolismo social, mais humanista, regido pelo imperativo da

satisfação das necessidades humanas e voltado para o desenvolvimento pleno das capacidades das mulheres e dos homens, requer outros tipos de territórios e territorialidades. Algumas poucas experiências concretas, já construídas por meio da luta de movimentos como o MST, tornam eloquente o argumento de que a luta por uma vida plena passa, irremediavelmente, pela conquista de um território emancipado. Ademais, a análise crítica deste fenômeno pela ótica do território só faz reforçar a relevância que possui na construção de uma crítica radical do complexo movimento da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada um dos conceitos de base da Geografia possui um núcleo epistêmico que o torna potencialmente revelador de pelo menos um dos aspectos primordiais da dimensão espacial da realidade. O território (e seus derivados: territorialidade, territorialização etc.), como visto, é a lente capaz de deslindar e trazer à consciência a projeção espacial das relações de poder, dos antagonismos e conflitos imanentes à ordem social, condicionados e condicionantes da (re) produção do espaço geográfico. Eis porque, desde o ponto de vista desenvolvido ao longo do texto, constitui, no mínimo, um grave equívoco utilizá-lo para promover a integração e a coerência entre grupos sociais, classes e frações de classes incorrigivelmente divergentes.

Não obstante, cabe a cada pesquisador definir o conteúdo semântico, o conjunto de significados que dão vida ao conceito de território por ele empregado, e esse conteúdo é também um produto de seu contexto histórico e geográfico, de seu posicionamento político-ideológico, de sua subjetividade e dos problemas reais por ele enfrentados. Tendo isso por suposto, buscamos oferecer um conceito adequado as nossas preocupações políticas e de pesquisa, cujo fulcro fosse a relação entre capital e trabalho, com destaque para o espaço rural. Em tempos de dominação absolutamente desmedida e destrutiva do capital sobre a natureza e as aspirações genuinamente humanas, a construção de um conceito radical materialista dialético de território certamente deve figurar como um projeto indispensável para o devir da luta por uma sociedade emancipada.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/ANPOCS/Ed. Unicamp, 1992.

ALVES, G. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no Século XXI. In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P.; ALVES, G. (Orgs.). *Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr, 2011.

ARAÚJO, T. B. de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais. In: SADER, E. (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BADIE, B. *La fin des territoires*. Paris: Fayard, 1995.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

BERNARDO, João. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? *Crítica Marxista*. Xamã: São Paulo, nº 04, p. 123-139, mai. 1997.

BRANDÃO, C. R. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: UNICAMP, 2007.

CASTELO BRANCO, R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 1, p. 71-92, 2009.

CHAYANOV, A. V. *La organización da la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, [1925] 1974.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DA MATA, J. V. da. Introdução e notas. In: ARISTÓTELES. *Categorias*. Goiânia: EdUFG; Alternativa, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro, Editora! 34, 1992. (Coleção TRANS). Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6985818/Gilles-Deleuze-Felix-Guattari-O-QUE-E-FILOSOFIA>> (Acesso em 10/08/2013).

DEMATTEIS, G. Apresentação. In: SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

EGLER, C. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de et al. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva. *Desenvolvimento em debate*, p.47-63, v.1, n.2, jan.–abr./mai.–ago., 2010.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para a leitura geográfica dos movimentos sociais. Presidente Prudente, *Revista NERA*, ano 8, n. 6, jan.-jun. 2005.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008b.

_____. *Sobre tipologia de territórios*. Publicado em 25 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf> (Acesso em 05/10/2012).

_____. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. 2013a. 354f. Tese (Livre-Docência em Geografia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

_____. A reforma agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013b.

GOHN, M. da G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2007.

GREGORY, D. Teoria social e geografia humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. *Geografia humana: Sociedade, Espaço e Ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede 'gaúcha' no nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, Ester *et al.* (Org.). *Brasil, século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

_____. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Regional-global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, [2003] 2013.

JAPIASSU, H. *O Mito da Neutralidade Científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 07-47.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, [1899] 1986.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EdUSP, 1999.

LENIN, V. L. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, [1899] 1985.

LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. (texto traduzido por Carlos Nelson Coutinho e não publicado, do manuscrito escrito em 1968 para uma palestra da qual o autor não pode participar).

MARRE, J. A. L. *A construção do objeto científico na investigação empírica*. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991. (Digitado)

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, [1981] 1995.

MARX, K. *Contribuições à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política* (Livro 1 - processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, (1967) 2013.

MÉSZÁROS, I. *O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003. (Col. Mundo do Trabalho).

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Col. Mundo do Trabalho).

NOGUEIRA, M. A. Em defesa da política. São Paulo: SENAC, 2001.

OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, P. de S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: _____. (org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: EdUNESP, 1998. p. 17–26.

PRADO JÚNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. In: *Discurso* – Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ano IV, n. 4, p.41-78, 1973.

PEDON, N. R. *Geografia e movimentos sociais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

PNUMA. *Rumo a uma Economia Verde*. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão. 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O modelo de desenvolvimento do agronegócio: limites e perspectivas. *Rev. Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS*, nº 14, ano 8, p. 29-58, nov. 2011.

QUAINI, M. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica, tempo e razão*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 132–175.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: a reinserção do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. “Território” da divergência e da confusão: em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, 2009. p. 57-72.

SPOSITO, E. S. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova* - Revista electrónica de NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

geografía y ciencias sociales, Barcelona, nº 93, 2001.